

O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO NA OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

MARIANA ALVARES

Resumo

Em sua análise da epistemologia historiográfica, em *A memória, a história, o esquecimento* (2000), Ricoeur descreve a operação historiográfica como sendo constituída de três fases 1) arquivo 2) explicação-compreensão e 3) representação. Dessas três fases da operação historiográfica se seguiria uma narração histórica de um acontecimento passado. Mas na análise ricoeuriana sobre o discurso historiográfico, ultrapassa-se o campo epistemológico para se dar lugar a uma hermenêutica historiográfica que traz à tona algumas condições prévias ao exercício metodológico historiográfico. Essas condições prévias podem ser lidas como desafios ao exercício do trabalho historiográfico. Tendo em vista isso, nós investigaremos no presente artigo a relação e o conflito entre o método historiográfico e algumas das condições do fazer histórico.

Palavras-chave: Representação. Historiografia. Passado.

Abstract

In his analysis of historiographical epistemology, in *Memory, History, Oblivion* (2000), Ricoeur describes the historiographic operation as being made up of three phases 1) file 2) explanation-understanding and 3) representation. From these three phases of the historiographic operation, a historical account of a past event would follow. But in the Ricoeurian analysis of historiographic discourse, the epistemological field is surpassed to give way to a historiographic hermeneutics that brings up some preconditions for the historiographical methodological exercise. Accordingly, we will investigate in this article the relationship and conflict between the historiographical method and some of the conditions of historical making.

Keywords: Representation. Historiography Past.

INTRODUÇÃO

Na análise hermenêutica e epistemológica da Historiografia, em *A memória, a história, o esquecimento* (2000), Ricoeur tematiza alguns desafios concernentes à operação historiográfica. Por um lado, Ricoeur explicita o modo operativo da Historiografia, concebido dentro dos domínios epistemológicos, e, por outro lado, insere, na operação historiográfica, as condições prévias e as dificuldades para se fazer história, as quais dizem respeito à ontologia do ser histórico. No presente trabalho, pretendemos nos ocupar dessa relação entre a operação historiográfica e as condições e dificuldades do fazer histórico, para reivindicar uma dependência da Historiografia para com a ontologia histórica.

Na segunda parte da mesma obra, Ricoeur faz uma epistemologia da história, a partir da qual extrai o modo como a Historiografia opera enquanto ciência. O filósofo francês descreve a operação historiográfica naquelas que seriam suas três fases: arquivo, explicação/compreensão e representação. A operação historiográfica, nesse sentido, é constituída por essas três fases que, embora consideradas em suas especificidades e imbricações, perfazem um único processo. Não nos ocuparemos com os pormenores de cada



fase da operação historiográfica. No entanto, pincelaremos, para um melhor desenvolvimento do argumento, a função de cada uma delas.

A fase do arquivo corresponde ao processo de procura e de escolha de arquivos, documentos e testemunhos que digam respeito ao acontecimento a ser representado. Enquanto isso, a fase da explicação/compreensão é o exercício de explicar e compreender, com base nos arquivos, o acontecimento passado – aqui são introduzidos os métodos que melhor reconstruam o acontecimento. Invariavelmente, o avanço na fase explicativo-compreensiva refluí sobre a fase arquivista, levando a descartar ou buscar novas fontes e reposicionando a importância dos arquivos. A terceira fase é a da representação, a qual se constitui pelo processo de escrita e narração do acontecimento passado, o qual, também frequentemente sofre reviravoltas por influência das outras fases e influi sobre elas

O conceito de representação, retomado por Ricoeur na segunda parte da obra supracitada, problematiza o tema da representação de uma coisa ausente no presente, discutido pelo filósofo francês na primeira parte da obra, intitulada “fenomenologia da memória”. O momento da representação evidencia, nesse sentido, a marca do ausente, na qual se ancora o discurso historiográfico. Com efeito, nos diz Ricoeur (2007, p. 377), a história organiza seu discurso em torno de um presente que falta.

Mas a referência da Historiografia ao ausente e, por consequência, a retomada do enigma do ausente no presente no discurso historiográfico se assentam, como Ricoeur nos mostra na terceira parte da obra, nos caracteres ontológicos do ser-no-mundo e da historicidade. Faz-se Historiografia, nesse sentido, porque se é histórico. Antes de qualquer tematização do discurso historiográfico, já nos encontramos imersos em um mundo com sentido, cultura e memória. A historicidade, portanto, e, por sua vez, a temporalidade são anteriores ao fazer historiográfico.

Pois bem, ao tomar de empréstimo esses conceitos supracitados de Heidegger, o filósofo francês se propõe a fazer uma hermenêutica da Historiografia. Em sua hermenêutica, Ricoeur apresenta as condições prévias e, a partir disso, os desafios de se fazer Historiografia. Entre essas condições prévias estaria o aporte ontológico para a possibilidade de ação da operação historiográfica. Essa ancoragem de Ricoeur nos conceitos heideggerianos suscita uma série de debates envolvendo o papel da Historiografia e sua relação com o pensamento filosófico, em virtude do fato de Heidegger ter desenvolvido uma crítica a concepção do ser histórico pressuposto pelos métodos historiográficos. Na análise desenvolvida por Ricoeur, o discurso historiográfico encontraria, em seu diálogo com a filosofia, a possibilidade de um tratamento não objetivante de um passado, o qual daria espaço para a discussão, entre outras coisas, sobre o papel social da Historiografia. Tendo em vista a orientação historiográfica que Ricoeur privilegia, o referente último do discurso historiográfico seria o seu papel social (ético e político), “em sua capacidade de produzir vínculo social e identidades. São assim levados ao primeiro plano agentes capazes de iniciativa, de orientação, em situações de incerteza, em réplica a restrições, normas, instituições” (RICOEUR, 2007, p. 396).

Para Ricoeur, o historiador não tem como contraponto último o discurso escriturário, mas o discurso que re-apresenta as ações e as paixões dos atores de outrora. A lida com o passado, nesse sentido, deveria se dar não apenas enquanto algo decorrido, mas também como passado tendo-sido¹. Com efeito, o passado que a Historiografia busca re-apresentar

¹ Ricoeur revisa a temporalidade heideggeriana para reivindicar o tratamento historiográfico do passado enquanto *tendo-sido* e não apenas como *decorrido*. De maneira breve, o passado enquanto decorrido diz respeito



em seu discurso, se insere no presente de quem escreve e vive. Mendes se questiona em seu artigo *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade*, como se pode fazer história considerando-a uma reprodução mental de algo exterior. O que se tenta representar no discurso historiográfico, de modo mais amplo, não está externo a quem narra, mas se insere nesse ente que a escreve por ser temporal (MENDES, 2015, p. 101).

No entanto, a pretensão de verdade da Historiografia esbarra na necessidade de objetivação do acontecimento passado. Nessa perspectiva, o passado é tratado como um objeto externo que pode ser delimitado, mensurado, explicado e compreendido em todas as suas nuances. Para o sucesso desse empreendimento a Historiografia precisaria se preocupar com o cumprimento de sua metodologia em todas as três fases mencionadas acima.

Mas, quando Ricoeur propõe uma análise hermenêutica da Historiografia, abre espaço para uma investigação da Historiografia que excede o campo metodológico e esbarra na responsabilidade ética que possui o discurso historiográfico. Nesse sentido, o que Ricoeur tenciona ao se apropriar da análise heideggeriana do passado enquanto tendo-sido é inserir no campo epistemológico da Historiografia uma apreensão do passado enquanto o que já foi, isto é, em seu ter-sido que enquanto tal se projeta no presente. Ao se projetar no presente, por sua vez, implica uma apropriação do *ter-sido* do passado enquanto o que vigora ainda no presente, seja como herança, seja como dívida com os entes de outrora, seja como responsabilidade com o dever-fazer o presente.

O que Ricoeur propõe, de acordo com isso, ao nomear a terceira fase como representação é indicar a possibilidade de o discurso historiográfico operar segundo um duplo registro: por um lado, a representação seria a presentificação, no discurso, da ausência do passado, por meio das narrações das ações e dos rastros. Por outro lado, ela seria a substituta, como representante do passado, mas sempre em referência à existência pretérita do acontecimento (MENDES, 2015, p. 102). A representação estaria, nesse sentido, entre a mediação do presente e a referência íntima ao passado. Conforme diz Gagnebin em *Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e beleza* (2011), o conceito de representação ressalta a preocupação de Ricoeur com o dever ético do discurso historiográfico. Com efeito, o discurso historiográfico contribui para que a realidade do passado não seja relativizada em sua existência, que não pode deixar de ter-sido. Percebe-se, portanto, que a preocupação de Ricoeur ao analisar o discurso historiográfico não se restringe a explicitação do caráter epistemológico da Historiografia, mas as implicações éticas e a base filosófica que sustenta o discurso historiográfico.

OS EXCESSOS DO EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO

Mas o que a abordagem hermenêutica da Historiografia traz à tona são alguns aspectos que extrapolam o campo da Historiografia, enquanto operação historiográfica. Ocupar-nos-emos, com efeito, do testemunho do historiador judeu Yerushalmi para expormos alguns desafios que competem ao historiador, quando no exercício da Historiografia. Esse testemunho foi apresentado por Ricoeur na terceira parte de *A memória*,

ao modo de lida com o passado como algo simplesmente dado, objetivado, ao passo que o passado como tendo-sido traz à tona os acontecimentos de outrora com vigor e em referência ao presente.



a história, o esquecimento para levantar alguns incômodos (aporias incômodas) com que os historiadores se deparam no trabalho historiográfico.

YERUSHALMI: ‘MAL-ESTAR NA HISTORIOGRAFIA’

Pois bem, o testemunho do historiador Yerushalmi, trazido à tona por Ricoeur, se desenvolve em torno da tensão entre a memória judaica e a Historiografia. Esse problema, segundo Ricoeur, tem maior relevância para Yerushalmi, pois sendo ele um pensador judeu seria marcado pela herança da cultura judaica. Para Ricoeur, a discussão que Yerushalmi faz é importante sobretudo para o momento em que está em questão o distanciamento da perspectiva histórica da memória (RICOEUR, 2007, p. 408).

O que chama a atenção de Ricoeur ao afirmar a singularidade da experiência judaica é a indiferença diante da preeminência de uma cultura carregada de história, no sentido da Historiografia. Em outras palavras, explicita a resistência da memória judaica diante da força dominadora que a narrativa historiográfica impõe. Além disso, essa indiferença revela a resistência que toda memória, enquanto tal, pode opor à Historiografia. Ao passo que também revela a persistência da memória em se fazer presente graças à transmissão de geração em geração. (RICOEUR, 2007, p. 409).

O que se constata com a experiência singular da cultura judaica é que a memória enunciada carrega-se de interpretações imanentes à narrativa. É no seio da experiência verbal que o historiador se distancia. Mas a memória não se restringe à tradição oral, ao contrário, o exemplo que essa cultura dá é de uma memória impregnada de sentido, mas não de sentido historiográfico (RICOEUR, 2007, p. 409). Segundo Ricoeur (2007, p. 410), a expressão “Deus de nossos pais” é a primeira a testemunhar o caráter histórico das escrituras sagradas. Esse caráter, porém, traz consigo um sentido de história não historiográfico. Com efeito, nos diz Ricoeur, “o lugar da narrativa ao lado das leis, e mesmo antes delas, na redação canônica da Tora, testemunha essa preocupação com o sentido da história” (RICOEUR, 2007, p. 410).

O que essa peculiaridade da cultura judaica atesta, de acordo com isso, é que não há uma equivalência necessária entre o sentido de história, a memória do passado e a escrita da história enquanto Historiografia (RICOEUR, 2007, p. 410). A análise do testemunho de Yerushalmi, portanto, invoca um mal-estar que coloca em questão a necessidade da Historiografia escrever a história. No caso específico desse testemunho, porém, o mal-estar do “historiador judeu profissional” residiria na não conciliação entre a memória viva da cultura judaica e a história dessa mesma cultura narrada pela Historiografia. Com Yerushalmi, segundo Ricoeur:

a relação vertical entre a eternidade viva do desígnio divino e as vicissitudes temporais do povo eleito, que estava no princípio do sentido bíblico e talmúdico da história, cede lugar a uma relação horizontal de encadeamento causal e de validações pela história de todas as convicções veementes da tradição. Mais que os outros, os judeus piedosos ressentem o ‘fardo da história’ (RICOEUR, 2007, p. 411).

Nesse sentido, para Ricoeur, o incômodo do historiador residiria na não familiarização da memória viva da cultura judaica com a história exteriorizada – ao ser contada segundo as exigências científicas da Historiografia – dessa mesma cultura. A correlação entre Historiografia e secularização, corresponde, para os judeus, “a assimilação

no exterior, o desmoronamento no interior”. Nesse momento a cultura judaica se desmoronaria na noção de uma história judaica profana, a qual se desenrolaria no mesmo plano de realidade que qualquer outra história, substituindo, portanto, a concepção providencial da história (RICOEUR, 2007, p. 411).

O incômodo de Yerushalmi, por sua vez, assenta na incompatibilidade existente entre o exercício da Historiografia e a memória do historiador. A incompatibilidade da memória do historiador e o seu exercício traz à tona o problema da limitação do trabalho historiográfico em sua metodologia. Seria, pois, a preocupação da Historiografia restritamente metodológica? Se assim fosse, a Historiografia não teria espaço para o passado em seu *tendo-sido*, mas apenas enquanto *decorrido*. Nessa perspectiva a Historiografia estaria fadada a uma representação dos fatos enquanto simples objetos de análise e, portanto, se afastaria de sua responsabilidade social e ética.

O caso de Yerushalmi também revela um caso especial em que a "fenomenologia da memória" e a "epistemologia da história" concorrem na escritura, na representação do passado, onde a prevalência de uma leva a anular as reivindicações da outra. É esse conflito, essa oposição excludente, que faz notar o caráter seletivo do método historiográfico (que, por assim dizer, exclui um dos sentidos históricos do seu campo) e da memória escrita de uma tradição, portadora de sentido histórico.

A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO E SEUS DESAFIOS

O conflito entre o exercício do historiador e a sua condição histórica ilumina o problema do predomínio metodológico sobre o exercício historiográfico. Na análise do historiador Chartier em seu artigo *O passado no presente. Ficção, história e memória* sobre a construção do saber histórico proposto pela operação historiográfica, aprofundaremos esse problema.

Ora, um dos pontos centrais de conflito presente no testemunho de Yerushalmi seria a dificuldade de conciliação entre o conhecimento histórico científico e o sentido histórico indissociável da fenomenologia da memória, no que se refere à cultura judaica. Esse antagonismo entre as duas narrativas recebe particular atenção na dificuldade que Chartier apresenta entre, por um lado, o trabalho da memória e, por outro lado, a operação historiográfica. Essas duas formas distintas de lida com o passado se revelam, por exemplo, na diferença entre o testemunho e o documento. Enquanto o primeiro é inseparável de quem conta o testemunho e da credibilidade dada a suas palavras, o segundo permite o acesso a fatos dos quais ninguém recorda. Do mesmo modo, segundo Chartier (2011, p. 115), haveria uma distinção entre a imediação da memória e a construção explicativa da história.

Com efeito, como nos mostra o testemunho de Yerushalmi, não há um consenso necessário entre a história contada pelos historiadores e a memória perpetuada por um povo. Esse conflito, no entanto, traz à tona uma terceira diferença, a saber, a do reconhecimento² do passado possibilitado pela memória e a representação do passado possibilitado pela Historiografia (CHARTIER, 2011, p. 115). Essa diferença entre a Historiografia e o trabalho da memória é mais visível quando Chartier a exemplifica com o testemunho de Yerushalmi.

² Para Ricoeur o reconhecimento é um traço importante para o conceito de memória feliz. Segundo o filósofo, o reconhecimento é o meio pelo qual se atesta a veracidade de uma lembrança recordada. O reconhecimento possibilita também a diferenciação de uma lembrança recordada, de uma figura criada pela imaginação.

Segundo Chartier, o tratamento historiográfico do passado na tradição judaica foi operado com reservas pelo historiador Yerushalmi. Isso se deve, segundo o autor francês, à oposição entre o documento e o testemunho, ou seja, entre a construção explicativa objetiva da Historiografia e a reminiscência imediata. Mais do que isso, nos diz Chartier, o testemunho de Yerushalmi explicita de um lado a pretensão da Historiografia de estudar a memória de um povo como um objeto histórico, e de outro a possibilidade de a memória aspirar uma relação com o passado mais autêntica e verdadeira do que a história (CHARTIER, 2011, p. 117).

Apesar das dificuldades explicitadas pela diferença capital entre o trabalho historiográfico e o da memória, Ricoeur não sugere uma sobreposição de uma operação a outra. Pois não é senão na recordação da testemunha que a história deposita a certeza de um passado (CHARTIER, 2011, p. 117).

Embora não haja uma harmonia ou simetria completa ou perfeita entre a Historiografia e a memória, há, segundo Ricoeur, uma dialética, na qual a oposição entre a Historiografia e a memória seria indecível. Essa indecibilidade se mostra enfaticamente no testemunho de Yerushalmi e, segundo Chartier, permanece manifesta na pretensão da Historiografia de narrar os acontecimentos passados de maneira objetiva, mas ao mesmo tempo depender da fiabilidade do testemunho. A operação historiográfica ela própria não consegue dirimir, ao contrário, ela apenas ocultaria o problema da ilusão referencial ao passado.

Em última instância, Chartier afirma que mesmo com os procedimentos da operação historiográfica, a Historiografia não deixa de estar sujeita ao problema da ilusão referencial do passado. Para exemplificar essa afirmação Chartier se utiliza da biografia do pintor catalão Josep Torres Campalans escrita por Max Aub em 1958. Nessa obra, Aub faz usos de técnicas modernas de persuasão do relato histórico, ou seja, faz usos de elementos que comprovam o “ter-sido” dos acontecimentos. Nesse sentido, Aub apresenta fotos de Campalans, bem como de seus pais, além dos escritos do suposto “caderno verde” do pintor e, no entanto, Josep Torres Campalans nunca existiu (CHARTIER, 2011, p. 119).

O que pode aqui ser defendido, porém, com o exemplo de Chartier é a dependência que a Historiografia possui da memória. Ainda que conste na narrativa documentos que comprovem os fatos passados, a referência última ao passado é a memória. Por isso, seja como um incômodo que irrompe na experiência de Yerushalmi, seja como aquele que irrompe no exemplo de Chartier, a memória permanece como referência última do passado.

Mas, além da atestação da memória, o que a análise de Chartier revela é que mesmo a metodologia historiográfica não anula a possibilidade da ilusão referencial. Mas, mais do que isso, a análise de Chartier reafirma a necessidade da preocupação historiográfica em ultrapassar o âmbito metodológico, para alcançar uma reflexão da Historiografia que corresponda a seu papel social e ético. Isso quer dizer que para além da preocupação em seguir rigorosamente a metodologia do trabalho historiográfico, ainda resta à Historiografia se preocupar com o que diz respeito à sua condição histórica.

O CASO DA LITERATURA DOS FOLHETOS

No inverso do que pretendeu Max Aub com seu livro ficcional sobre o suposto pintor Campalans apresentaremos o caso descrito pela historiadora Márcia Abreu em seu artigo *As memórias do outro - debate do texto “O passado no presente. Ficção, história e*

memória” sobre a função histórica da literatura dos folhetos nordestinos. O que pretendemos investigar a partir da análise desse caso é se, mais uma vez, o conjunto metodológico da Historiografia é suficiente para o fazer historiográfico justo na sua referência ao passado.

Enquanto Max Aub utiliza técnicas modernas historiográficas para dar confiabilidade ao relato histórico, Abreu apresenta um caso inverso, no qual um conjunto de leitores dos folhetos nordestinos dão mais credibilidade à história contada pelos folhetos, do que àquela descrita pela Historiografia. Trata-se de uma produção que teve início no final do XIX quando poetas, que se apresentavam oralmente em grandes concentrações de público, adquiriram prensas mecânicas manuais descartadas por tipografias que as substituíram por prensas mecânicas. Os poetas montaram pequenas gráficas, muitas vezes em suas casas, (ABREU, 2011, p. 126.) Segundo Abreu (2011, 127), há um subtipo dentre os tipos de folhetos nordestinos, no qual os poetas narram fatos acontecidos de forma literária. A esse subgrupo, os poetas deram o nome de “folheto de acontecido”.

A distinção, pois, entre o “folheto de acontecido”, e os outros dois subgrupos de folhetos, a saber, de “romances” e de “desafios e peleja” indica um anseio dos poetas de diferenciar os escritos de realidade daqueles de ficção. Essa hipótese é corroborada no próprio título de “folheto de acontecido”, pois o uso da palavra “acontecido” funciona como meio de autenticação do relato a ser narrado. Os fatos que são narrados nesse tipo de folheto, segundo Abreu, variam em seus temas desde as grandes guerras à cobrança de impostos e atuação dos fiscais (ABREU, 2011, p. 127).

No entanto, o que permite a atestação de verdade da história contada nos “folhetos de acontecido” é o emprego sistemático de elementos próprios das narrativas de ficção. Segundo Abreu (2011, p. 130), o caso da literatura de folhetos seria o inverso do que propôs Max Aub, pois enquanto esse historiador se utiliza de elementos do discurso historiográfico para construir uma biografia ficcional, no “folheto de acontecido” são os elementos de uma narrativa ficcional que contribuem para a atestação de verdade dos fatos.

Assim, no caminho inverso do que fez Max Aub, Abreu apresenta o folheto *Novas lutas de Antonio Silvino, contendo os crimes cometidos pelo célebre caudilho, de setembro de 1910 até abril de 1911*, de autoria do poeta Francisco das Chagas Batista. Nesse “folheto de acontecido”, por exemplo, o autor faz uso de elementos pertencentes às narrativas ficcionais, e são os usos desses elementos que conferem veracidade aos fatos narrados. Com efeito, o folheto que conta a história de Antonio não apresenta, em seus versos, apenas a descrição dos fatos. Ao invés disso, o poeta narra os crimes cometidos por Antonio Silvino a partir desse próprio personagem, narrado, portanto, em 1ª pessoa (ABREU, 2011, p. 128). Como mostra Abreu (2011, p. 129), é o próprio Silvino que narra seus crimes em diálogo direto com o leitor, e nessa construção da narrativa o autor dos crimes expõe seus pensamentos no momento dos crimes, sua versão dos fatos, suas motivações e seus sentimentos a respeito daqueles que o perseguiram.

O exemplo do folheto que conta os crimes de Silvino, de autoria de Francisco das Chagas Batista, no entanto, não é uma exceção, mas um comportamento comum entre os poetas que escreviam “folheto de acontecido”. Segundo Abreu (2011, p. 129), outros poetas que escreviam sobre o cangaço, por exemplo, narravam de maneira semelhante ao modo de Silvino: a predestinação, os prodígios no nascimento, a precocidade, os feitos extraordinários.

Os elementos fictícios empregados pelos poetas nos “folhetos de acontecido”, de acordo com isso, era o que permitia os fatos narrados ganharem a atestação de verdade. A partir da narração de Silvino de seus próprios crimes, por exemplo, se constrói um enredo

que confere sentido às suas ações, de modo a justificá-las e afastá-las da concepção de simples banditismo (ABREU, 2011, p. 129). Os “folhetos de acontecido”, desse modo, apresentam os fatos dentro de uma narrativa que dá coerência e sentido aos acontecimentos, os quais são familiares aos valores próprios da comunidade leitora; além de serem mais compreensíveis pela construção de versos metrificados e rimados (ABREU, 2011, p. 129).

Com o caso da literatura de folhetos nordestinos ressurgiu a discussão sobre o problema da representação anteriormente discutido. Esse conceito possui lugar na análise epistemológica da Historiografia. Entretanto, por também se localizar nas fronteiras da ontologia da existência histórica suscita algumas ponderações sobre o exercício de trazer para o presente um acontecimento ausente. No caso específico da literatura de folhetos a representação do acontecimento passado se dá, muitas vezes, por meio da narração em primeira pessoa, frequentemente narrando o fato, ficticiamente, aquele mesmo que os comete. A narração dos acontecimentos se assemelha à fase escriturária da operação historiográfica, mas ela estaria às expensas das fases de arquivo e de explicação/compreensão. Isso porque, de fato, a literatura de folheto tem a pretensão de narrar os fatos como realmente aconteceram, ou seja, de representar. Mas o que é representado não decorre do trabalho epistemológico da Historiografia. Ao contrário, como anteriormente visto os folhetos de acontecido se utilizam de características da narração ficcional. Esse modo de narrar, porém, se insere em uma tradição sob os efeitos da qual a própria narrativa está sujeita.

Com efeito, o que se narra nos folhetos de acontecido são fatos inseridos no passado dos leitores e dos escritores. Por que os acontecimentos narrados têm proximidade com o escritor e o leitor, a lida com o passado vigora em uma experiência não objetiva, na qual o passado prevaleceria em seu ter-sido.

Outro aspecto a ser levantado sobre a diferença dos folhetos de acontecido à escrita historiográfica é a possibilidade que os folhetos têm de efetuar, retroativamente sobre o passado, as modificações que o tratamento historiográfico do passado como encerrado, fixo, inalterável estaria privado de fazer.

A recepção dos leitores desses “folhetos de acontecido”, enfim, atesta a preferência aos folhetos do que à história contada pela Historiografia. Para Abreu (2011, p. 129), é interessante perceber que o público tradicional dos folhetos atribuía mais veracidade a esse tipo de narrativa do que a outros textos. Segundo a autora, os sertanejos leitores dos folhetos apenas acreditavam nos fatos quando esses eram narrados nos “folhetos de acontecido”.

A preferência dos “folhetos de acontecido” em detrimento do discurso da Historiografia faz ressurgir o problema da suficiência ou insuficiência do método da Historiografia para sustentar uma narrativa sobre o passado.

No entanto, o problema do método historiográfico não ressoa apenas no caso das Literaturas de Folheto ou na biografia ficcional escrita por Max Aub, mas também tem repercussão no testemunho de Yerushalmi apresentado anteriormente. Da mesma forma que o sentido do histórico se faz presente nos textos não-historiográficos da tradição judaica, quais sejam, os livros da Tora, escrituras essas indissociáveis e em ligação íntima com a memória e com a tradição vivida, também a escritura poética dos folhetos do acontecido portam sentido histórico à margem do método historiográfico. Quando se confia na palavra do poeta, a justificação metodológica e a comprovação documental se tornam supérflua.

CONCLUSÃO



Pois bem, os três casos aqui mencionados – o testemunho de Yerushalmi, a biografia fictícia de Max Aub e o episódio da literatura de folhetos nordestinos – foram colocados em diálogo com o conceito de representação ricoeuriano, para problematizar a suficiência do método historiográfico.

O problema suscitado na discussão do testemunho em Yerushalmi reside no conflito entre, de um lado, a memória histórica do historiador, e, de outro, a necessidade de uma objetividade na metodologia da operação historiográfica. O historiador Yerushalmi, segundo Ricoeur, teve de lidar com as diferenças que o trabalho historiográfico impõe em face à memória histórica da cultura judaica.

Por sua vez, no exemplo dado por Chartier da biografia fictícia do pintor Jusep Torres Campalans escrita por Max Aub a problemática da metodologia historiográfica abrange outro conflito, a saber, o problema da suficiência do método historiográfico para representar um acontecimento passado. Como vimos com Chartier, a operação historiográfica embora seja necessária não é suficiente para uma narrativa do passado garantir sua eficácia ou confiabilidade.

Por fim, a partir da análise de Abreu sobre a literatura de folhetos nordestinos, explicitamos mais uma vez o problema da metodologia historiográfica, uma vez que para os leitores dos folhetos de acontecido o sentido histórico suscitado pelos folhetos não decorria do método historiográfico, mas do uso de elementos da narrativa fictícia. O que surge da união, segundo Ricoeur (1998, p. 424), dos elementos fictícios em uma narrativa histórica é uma *identidade narrativa*.

Com efeito, na narrativa dos folhetos de acontecido o narrador, que por muitas vezes é, ficticiamente, o autor do ocorrido, se apresenta e explica o acontecido em uma narrativa fictícia embora com pretensões de verdade. Ricoeur defende, nesse sentido, conforme o entende Mendes:

Mesmo os enunciados metafóricos e o discurso poético apresentam uma referência indireta e mediatizada à experiência. Desse modo, a verdade não fica encerrada somente no discurso literal, mas abre-se à possibilidade de uma verdade metafórica em que há uma tensão no próprio verbo ser, na medida em que no discurso poético até esse verbo é metaforizado (MENDES, 2015, p.104).

Os problemas aqui elencados, enfim, suscitam a investigação sobre a suficiência do método historiográfico em sua fiabilidade de representar o passado. Nessa análise, entendemos que a representação historiográfica tal como Ricoeur a pensou não se reduz ao tratamento do passado enquanto decorrido, mas dá espaço para o passado tendo-sido. Segundo Mendes (2015, p. 104), para além da pretensão da correspondência e semelhança entre o fato e a sua representação, Ricoeur considera a possibilidade de a Historiografia oferecer uma representação fiável do passado. Disso resulta uma atenção dada por Ricoeur para os elementos narrativos e até fictícios, em seus usos numa narrativa histórica.

Portanto, a análise de Ricoeur sobre a Historiografia tanto em seu sentido epistemológico quanto em sua hermenêutica histórica possibilita uma compreensão da Historiografia que, porém, excede o campo epistemológico. Nesse sentido, Ricoeur abre espaço para um sentido de história que em sua compreensão epistemológica do passado *decorrido*, não se afasta mas antes busca se aproximar da compreensão do passado enquanto *tendo-sido*.



REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. “As memórias do outro - debate do texto “O passado no presente. Ficção, história e memória””. In.: *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. ROCHA, José Cezar de Castro. (Org.). Chapecó, SC: Argos, 2011, pp. 125-140.

CHARTIER, Roger. “O passado no presente. Ficção, história e memória”. In.: *Roger Chartier – a força das representações: história e ficção*. Org.: João Cezar de Castro Rocha. Chapecó, SC: Argos, 2011, pp. 21-54.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Do conceito de Darstellung em Walter Benjamin ou verdade e beleza”. In.: *KRITERION*, n. 112, Belo Horizonte, 2005, pp. 183-190.

MENDES, Bruno. “A representância do passado histórico em Paul Ricoeur, linguagem, narrativa, verdade.” In.: *História da Historiografia*, n. 19, 2015, pp. 88-106.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Trad.: Fausto Castilho. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad.: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. *Tempo e Narrativa III*. Trad.: Roberto Leal Ferreira). Campinas, SP: Papyrus, 1997.

Recebido: 26/08/2020

Aceito: 13/10/2020